

APROXIMAÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAL ENTRE AS CATEGORIAS DE RANGANATHAN, O DISCURSO RETÓRICO E A NARRATIVA LITERÁRIA¹

THEORETICAL-CONCEPTUAL APPROXIMATIONS BETWEEN CATEGORIES RANGANATHAN, THE RHETORICAL DISCOURSE AND THE LITERARY NARRATIVE

Luzia Sigoli Fernandes COSTA

Professora Doutora, Universidade Federal de São Carlos

e-mail: luziasigoli@gmail.com

Resumo

Tomando-se como base a Teoria de Ranganathan, explora-se aproximação teórico-conceitual entre as categorias essenciais e os elementos que compõem a estrutura do discurso retórico e as categorias da narrativa literária. Essa opção foi feita, diante da potencialidade que os enunciados literários suscitam em contribuir para um processo de ampliação conceitual das categorias rangathanianas. Nessa aproximação, estabeleceu-se um alinhamento teórico-conceitual capaz de verificar a possibilidade de efetiva contribuição de aspectos da Teoria Literária para a formulação de procedimentos metodológicos de análise de conteúdo e elaboração de sínteses ou resumos, no âmbito da Ciência da Informação. Dentre os resultados obtidos estão a conscientização dos desafios teóricos frente à diversidade documental e a natureza da informação, a pertinência da contribuição da Teoria Literária aos procedimentos metodológicos para a análise de conteúdo de imagens. O estudo apontou, ainda, que as imagens de cartazes e similares são de grande importância como documento, não só artístico, mas também como testemunho da memória histórico-sociocultural.

Palavras-chave

Ciência da Informação. Organização da informação. Análise de conteúdo. Teoria de Ranganathan. Teoria da narrativa. Discurso retórico.

Abstract

Taking as the basis Ranganathan theory, a theoretical-conceptual approximation between essential categories and the elements that make up the structure of rhetorical discourse and literary narrative categories is explored. This choice was made in the light of the potentiality that literary enunciations engender to contribute to the process of conceptual enlargement of Ranganathan categories. In this approximation, a theoretical-conceptual alignment was established, capable of verifying the possibility of an effective contribution of aspects of Literary Theory to the formulation of methodological procedures of content analysis and of their representation by means of the elaboration of summaries or abstracts, in the ambit of Information Science. Among the results obtained were: the awareness of the theoretical challenges in the light of the document diversity and nature of the information, the pertinence of the contribution of Literary Theory to the methodological procedures for image content analysis. The study also points to the possibilities of posters and similar images are of great importance as documents, not only in an artistic sense, but also as witnesses to historical socio-cultural memory.

Key words

¹ Tese premiada com o primeiro lugar, Enancib, João Pessoa, ano 2009, sob a orientação do Professor Doutor Sidney Barbosa.

Information Science. Information organization. Content analysis. Ranganathan theory. Narrative theory. Rhetorical discourse.

1 INTRODUÇÃO

O ato de registrar, reunir, organizar e preservar informações e saberes faz parte da história dos diferentes povos que fizeram uso da oralidade, da iconografia, da escrita e de outras formas de manifestações, com o intuito de transmitir e perpetuar idéias e feitos. A inacessibilidade a esses registros e a falta de entendimento das mensagens, guardadas em seus conteúdos, impede de se conhecer, compreender, ou sequer imaginar os diferentes momentos e os fatos que marcaram a trajetória humana. Neste cenário, instituições como bibliotecas, arquivos, museus, centros de informação especializados e centros de memória são lugares de organização e de gestão de informações e conhecimentos oriundos das ciências, das artes e do senso comum.

Com o uso de tecnologias e a propagação de princípios do livre acesso, essas instituições sofisticaram suas práticas e exigiram a consolidação de *corpus* teórico que ampliasse as possibilidades de organização, recuperação e uso de informações pertencentes às coleções de diferentes tipos documentais. Esse movimento permitiu que se avançasse na organização e no acesso aos conhecimentos e às informações advindas do campo científico e tecnológico, porém, esse avanço não ocorreu, com a mesma intensidade, no campo das artes e tampouco em relação aos conhecimentos e às informações advindas da cultura popular, de populações tradicionais e, assim por diante. Os russos Mikhailov e Chernyi e Gilyarevskiy (1980) detectam que houve predileção da Ciência da Informação (CI) pela ciência e tecnologia (C&T), deixando à margem os conhecimentos não científicos.

Assim, cabe refletir sobre o fato de que uma informação só tem sentido e significado quando combinada com um espectro de outras informações e outros conhecimentos gerados pelas práticas cotidianas e pelo *locus* cultural de seu uso. Por esta razão, as informações podem significar representações do passado que vão formando a memória dos acontecimentos e esta faz surgir e acumular monumentos, objetos, textos, imagens e demais tipos documentais. As condições exigidas para apreensão e representação de um conteúdo referente, por exemplo, à iconografia histórica estão associadas ao quanto se dispõe de dados referenciais sobre o tempo, o ambiente ou o espaço social e político e, inclusive, do domínio de regras da retórica que permeia os diferentes enunciados discursivos. Tais condições vão possibilitar que se tenha maior ou menor grau de acesso às mensagens guardadas nos documentos que falam sobre passado. (LE GOFF, 1992).

As relações existentes entre memória, conhecimento e informação, por si só, apresentam grande complexidade. O estabelecimento dessas relações no âmbito da análise e da representação de conteúdo de documentos de natureza artística se apresenta como desafio que exige dos pesquisadores e da CI investimentos em observações e reflexões para consolidação de novo *corpus* teórico-metodológico capaz de contribuir, efetivamente, com a *práxis*. Frente a essa problemática, desenvolveu-se uma pesquisa com o objetivo de identificar, reunir e articular alguns fundamentos teóricos que permitissem, além de dar sustentação, acolher a obra-de-arte, em geral, e a cartazística, em particular, como documento de natureza informativa e, portanto, objeto de estudo e de intervenção da CI.

Neste artigo, apresenta-se, apenas, o esforço de se estabelecer aproximação entre as categorias essenciais de Ranganathan, os princípios do discurso retórico e os elementos constitutivos da narrativa literária com o intuito de poder contribuir para a formulação de

procedimentos metodológicos de leitura, análise de conteúdos e representação textual de cartazes, para a geração de produto documental.

2 QUESTÕES QUE PERMEARAM O PERCURSO DA PESQUISA

A busca por procedimentos metodológicos teve como ponto de partida a realização de um “cingimento” teórico, que permitisse fazer conexão, encadear e combinar aspectos conceituais, por meio de aproximação entre as matrizes categóricas. Nesse movimento dialógico, buscou-se a possibilidade de constituir classes que servissem, num primeiro momento, de apoio à leitura e às análises de textos literários, constituídos por romances, para explorar a linguagem e a terminologia identificada como correspondentes às categorias eleitas. Num segundo momento, fez-se uso dessas categorias para apoiar a leitura, a análise de conteúdo e a produção textual sobre cartazes históricos, veiculados entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX.

Krippendorff (1980, *apud* BAUER; GASKELL, 1999) define categorias como critérios ou atributos que permitem o discernimento de semelhanças ou diferenças existentes entre unidades ou itens de um dado universo. As categorias podem ser semânticas. Neste caso, se apóiam em enunciados que implicam abstrações que servem para traçar os devidos enquadramentos conceituais ou identificar representações que podem ser extraídas das relações sujeito-objeto e de seu pertencimento a determinado meio sociocultural. Nesta perspectiva, busca-se entender, também, os elementos contextuais, fornecidos pelos diferentes ambientes, espaços, cenários, tipificados e combinados com as representações dos estratos e funções sociais. (BAUER; GASKELL, 1999).

O uso de categoria fornece, ainda, as bases para o uso da linguagem natural e o uso de expressões tanto conotativas como denotativas que atuam como âncoras que estruturam o discurso, permitindo maior flexibilidade e plasticidade na geração de produto documental, derivado da obra-de-arte. Tal flexibilidade resulta, de acordo com Hegenberg (1975), do uso da linguagem cotidiana, permitindo que os conceitos sejam imprecisamente definidos. Tal imprecisão pode propiciar maior expansão de determinados conhecimentos, pois os termos precisos da linguagem científica apresentam rigidez necessária à intercambialidade entre as áreas.

Ao associar essa imprecisão à expansão conceitual, admitem-se flexibilidade e plasticidade como atributos de uma linguagem natural que tem mais propriedade para refletir a realidade, expressando suas transformações e representações simbólicas, metafóricas, alegóricas e outras. A linguagem natural, para Lancaster (1993, p. 200), é “[...] sinônimo de discurso comum, isto é, a linguagem utilizada habitualmente na escrita e na fala e que é ao contrário do vocabulário controlado”, e sua aplicação pode se dar na construção de texto livre, resumido ou integral. Os conceitos expressos na linguagem natural estão impregnados de elementos socioculturais que expressam uma trajetória histórica demarcada. Portanto, é uma linguagem que possui relevância, embora não detenha a precisão da linguagem científica. Isto leva a refletir sobre o fato de que um produto documentário, gerado a partir da análise de um objeto que não foi produzido no seio da C&T, fazendo uso, exclusivamente, da linguagem científica para representá-lo, pode gerar artificialidade em seu enquadramento temático.

Do ponto de vista da CI, a questão que se coloca é que, se a linguagem natural for usada como chave para recuperação da informação, o processo de análise e de geração de conteúdos deve se pautar em método consistente. Para se obter o sucesso de um método para captar os conteúdos e representá-los em linguagem natural torna-se necessário que se recorra a

procedimentos diferenciados. Diante de tais questões, visualizou-se, no método proposto por Ranganathan, possível abertura teórica para estabelecer procedimentos metodológicos para análise de conteúdo de documento iconográfico. Esta flexibilização é fornecida pelas noções das categorias essenciais, que as torna facilmente associáveis a outras teorias, servindo de ponto de partida para reflexão teórica sobre possível prática de análise de conteúdo, organização e recuperação da informação iconográfica ou imagética.

No caso de documento iconográfico de natureza histórica, devido ao seu deslocamento temporal, a adaptação terminológica torna-se mais complexa. Assim, o referencial de codificação ou categorização, com as definições intrínsecas de cada noção categórica serviu de guia para a análise das imagens, conforme Bauer (2004) aconselha. A codificação contextual presente em cada unidade semântica dos enunciados serve de apoio para análise de conteúdo de imagens. Esse processo permitiu não só identificar os elementos explícitos, como também os implícitos, na medida em que se apóia em expressões simbólicas que ajudam a mostrar ausências gráficas de idéias presentes na imagem. (ROSE, 2004). A análise de conteúdo se define como forma de processamento da informação em que o conteúdo da mensagem é identificado e pode ser transformado por meio da aplicação sistemática de regras de categorização. (PAISLEY, 1969).

A análise de conteúdo ou de assunto envolve um tipo de leitura documental que implica domínio da linguagem em que cada conteúdo se expressa. Em geral, essa leitura é chamada de leitura técnica, por requerer a predeterminação dos objetivos ao se extrair o conteúdo temático do documento. Do ciclo que envolve o tratamento documental, esta tem sido umas das atividades mais complexas. É eminentemente intelectual e sofre interferência de fatores culturais e subjetivos, projetando-se uma carga de idéias e de convicções particulares, gostos e preferências que perpassam o trabalho do analista de conteúdo, e, por conseguinte, este é mais um dos problemas a ser enfrentado. Para tanto, a tentativa é cercar-se de estratégias metodológicas que possam minimizar as possíveis distorções ocasionadas pela inferência ocorrida no momento da análise e, conseqüentemente, na apresentação documental.

Este procedimento, no caso do documento histórico, de natureza iconográfica, implica, também, análise do contexto espaço-temporal em que foi produzido, ou seja, as razões que determinaram sua existência e que respondem às indagações, tais como: para quê e para quem ele foi criado. Logo, a análise documental torna-se um processo que envolve a leitura e que possibilite a análise para o entendimento dos conceitos presentes em documento (FUJITA, 1988) e, ainda, a leitura para compreensão e interpretação contextual a fim de se elaborar os enunciados – frases – que vão compor o resumo sobre o assunto de que o documento em análise trata.

No campo iconográfico, a complexidade aumenta em face de a leitura requerer o domínio de linguagem constituída de códigos ou signos imagéticos e, portanto, é preciso levar em consideração, no momento da leitura, que conteúdo e forma de expressão constituem elementos indissociáveis. Tal aspecto, no documento cartazístico, é ainda mais complexo pelo fato de se apresentar numa linguagem híbrida, formada por mescla do iconográfico com o verbal. A síntese do conteúdo se dá por meio da transposição ou “tradução” dos elementos que se apresentam em linguagem iconográfica para uma linguagem verbal, que seja representativa do conteúdo documental, por inteiro. As preocupações com a leitura e a representação de imagens, há tempos, é foco de interesse da área de organização da informação.

Smit (1996) chama a atenção para a necessidade de se refletir sobre determinados aspectos inerentes à imagem que influenciam no processo de leitura, tais como o caráter polissêmico e a identificação da imagem como símbolo. É este um dos pontos que permite

supor que quanto maior a capacidade de o analista fazer uma análise contextual daquilo que está fora da imagem, maior será a possibilidade de exercer tal fidelidade. O uso da linguagem natural torna esse procedimento mais flexível no que se refere à escolha das expressões, porém, faz maior exigência com relação ao conhecimento contextual tanto da produção documental quanto da comunidade de usuários. Embora a preocupação não se assemelhe à da linguagem de indexação, persiste a busca para fazer coincidir o vocabulário usado pelo analista, no momento de fazer o resumo, com o do usuário real ou potencial.

Cabe salientar que, hoje, existe situação favorável para se fazer, inclusive, o uso dos dois tipos de linguagens, natural e controlada, num mesmo corpo de texto, como se faz o uso de termos sinônimos. Os sistemas automáticos de busca podem ler e possibilitar a recuperação por qualquer palavra que faz parte de um texto e não somente por aquelas selecionadas como palavras-chave ou descritores de assunto. Nessa mesma linha de raciocínio, é possível perceber a possibilidade de que sejam incorporadas expressões que indicam tanto os aspectos conotativos como os denotativos, com conseqüente chance de representar os aspectos simbólicos, metafóricos, alegóricos e outros, dessa mesma natureza discursiva.

Quanto ao aspecto da utilização da conotação na linguagem para descrever obras imagéticas, Moreiro González (1994) traça interessante abordagem e aponta caminhos promissores para se avançar na discussão que aponta para o fato de que, ao se descrever uma obra-de-arte, há necessidade de incluir mensagens pertencentes ao universo das possibilidades interpretativas de ordem qualitativa, implícita e abstrata. Em sua visão, ao se usar somente a linguagem denotativa, como normativamente é o recomendado, não se consegue captar e transmitir boa parte de tudo o que uma imagem pode sugerir.

Agustín Lacruz (2006) também buscou em Ranganathan (1931) os fundamentos para uma categorização de descritores em: onomástico, formal, temático referencial, topográfico e cronológico. Quanto ao descritor temático, criou subdivisão ou subcategorização, compreendida por descritores temáticos referenciais / denotativos e temáticos não referenciais / conotativos.

3 EXPLORANDO AS CATEGORIAS RANGANATHAN, OS PRINCÍPIOS DO DISCURSO RETÓRICO E OS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA NARRATIVA LITERÁRIA

Para se estabelecer aproximação entre as categorias rangathanianas, os princípios do discurso retórico e os elementos constitutivos da narrativa literária, primeiramente, apresenta-se síntese das bases teóricas em que cada qual se assenta.

3.1 CATEGORIAS DE RANGANATHAN

A necessidade de categorização dos aspectos ou facetas do conhecimento acompanha a humanidade desde tempos remotos. Aristóteles, segundo Vickery (1980), foi um dos pioneiros a trilhar por esse caminho ao propor 10 tipos de categorias. A primeira delas é a substância, que representa o sujeito. As outras nove são: quantidade, qualidade, relação, espaço, tempo, posição, posse, ação e paixão, possíveis de se apresentarem como predicados de uma dada substância. Observa-se que as 10 grandes classes implicam dimensões ou formas sob as quais se apresenta um determinado “ser”. Na visão aristotélica, existe uma substância e nove acidentes, características ou propriedades a ela relacionadas. A retomada a Aristóteles serve somente para mostrar as origens de um sistema de categorização e, portanto, o número de

categorias é menos importante do que a diferença que se estabelece entre a primeira substância e as demais.

Um subconjunto dessas categorias, compreendendo substância, estado, ação, lugar e tempo vão encontrar correspondência direta nas cinco categorias de Ranganathan (1931) e com a forma de operacionalizá-las. Em seus escritos, observa-se que não são citadas muitas fontes, mas, ao expor seu pensamento e eleger suas cinco categorias, que denominou de categorias fundamentais ou categorias essenciais, fica patente a influência que recebeu do pensamento aristotélico. Em que pese o estabelecimento da quantidade de categorias, o próprio Ranganathan menciona que se alguém perguntar o porquê de as categorias fundamentais se apresentarem em número de cinco e não de três ou de seis, admite o fato de ser isto perfeitamente, possível e que qualquer pessoa pode explorar tal possibilidade.

O postulado das categorias ampliadas poderia ser aceito se produzisse resultados satisfatórios nos arranjos dos assuntos, podendo, inclusive, produzir diferentes idéias, pois as categorias se expressam de forma que não podem ser definidas *a priori*, mas, sim, no contexto das relações que se estabelecem entre elas. As pesquisas realizadas por Ranganathan (1967) sobre as cinco categorias – personalidade, matéria, energia, espaço e tempo – aplicáveis a todo o universo de assuntos de modo diferenciado das classificações hierárquicas e rígidas refletem uma visão mais filosófica do que pragmática. Essas categorias são capazes de acolher todos os objetos independentemente de sua natureza, até então conhecidos, inclusive, de classificá-los de acordo com sua natureza conceitual. (CAMPOS; GOMES, 2003).

Ranganathan argumenta que a decisão de adotar categorias pode ser flexível, porém, é preciso chegar a um nível produtivo que funcione para fins de organização da informação. Lembra que não convém afirmar que as categorias são verdadeiras ou falsas, e, sim, mostrar que são úteis e, portanto, vale a pena postular sobre elas, trabalhar com elas e estudar como se comportam. Alerta, ainda, que não é recomendável adotá-las ou fazer uso delas de forma arbitrária e sem reflexão. É preciso iniciar com uma idéia com a qual se concorda, ainda que seja vaga, e com o uso, ela vai se clareando e até mesmo sendo modificada até chegar a ser satisfatória. Esse autor demonstrou que, na prática, a identificação de assunto não deve se iniciar com uma idéia predeterminada acerca da seqüência das facetas ou das categorias, mas, sim, deixar que os assuntos se encadeiem numa seqüência útil, visando ao entendimento melhor daquilo que se quer informar, conduzindo a resultado mais consistente, favorecido pela liberdade de se dar seguimento aos assuntos.

Para Campos e Gomes (2003), o termo categoria fundamental é usado por Ranganathan para representar idéias fundamentais que permitem recortar um universo de conhecimento e enquadrá-lo em classes bastante abrangentes. Desta maneira, as categorias servem de guia tanto para orientar o processo de leitura e de análise de conteúdo de um documento, como podem ser empregadas para representá-lo e gerar produtos documentais. No caso de Wurman (1992), em sua opinião, os sistemas atuais de organização da informação devem se apoiar em esquemas e estruturas para que se possam definir as características a serem compartilhadas entre os conteúdos.

Essas estruturas definem, também, os tipos de relacionamentos entre itens documentais e seus agrupamentos por conteúdos e demais características ou particularidades, permitindo interoperabilidade entre atributos, definidos para um registro, de maneira menos hierárquica e mais associativa e / ou relacional. Além de atender às exigências de associatividade e de relacionamento, o fato de existir um espaço de flexibilidade, no interior das próprias categorias, por se expressarem via conceitos amplos, deixa margem para que possa ocorrer expansão conceitual em cada uma das categorias. Ranganathan (1967) ressalta

que os termos de que se valeu para denotar cada uma das categorias foram tomados apenas como aceitos e não como inteiramente definidos ou definitivos. Isto significa que sugere uma abertura no uso das referidas categorias.

3.2 PRINCÍPIOS DO DISCURSO RETÓRICO

Retoma-se, aqui uma concepção encontrada em Le Goff (1992), segundo a qual, a apreensão da memória depende da apropriação do tempo, do ambiente ou espaço social e político e do domínio das regras retóricas que dão condições de acesso às mensagens. Para Panofsky (1973), qualquer imagem é possuidora de um conteúdo e cumpre, também, a função de memória, uma vez que seu conteúdo precisa estar inserido num contexto de produção e de recepção para que possa explicitar seu sentido e seu significado. Por suas características persuasivas, a imagem cartazística tem função discursiva que muito se aproxima da retórica.

A análise do discurso retórico pressupõe a formulação de questões orientadoras e de categorias que devem ser levadas em conta quando se olha para uma imagem, se ouve um discurso ou se lê um texto. De acordo com Leach (2004), o campo da retórica foi dividido por Cícero, por razões didáticas, em cinco cânones visando facilitar o ensino da arte da persuasão. Tais cânones ou categorias servem para estruturar o pensamento para responder às indagações, tais como: quem? (invenção); o quê? (disposição); como? (processo); onde? (espaço); quando? (tempo); por quê? (argumentação).

Estes elementos guardam a gênese das cinco indagações centrais que Moreiro González (1994) recupera das indagações feitas por Cícero, em sua obra *De oratore*, expressas por: quem?; como?; quê?; onde?; quando? Este é, também, o raciocínio básico, adotado na estruturação e nas análises do trabalho científico. Fujita (1988, p. 94) se reporta à sugestão de Derek Austin sobre utilizar “perguntas básicas” para extrair conceitos relativos ao assunto de um documento. Essas perguntas resumem-se em: o que aconteceu? (ação); a que ou a quem aconteceu algo? (objeto da ação); o que ou quem fez algo? (sujeito da ação); onde ocorreu a ação? (espaço da ação); quando aconteceu? (tempo). Essas indagações aparecem como método pelo qual se deveria exercitar a arte do discurso. Posteriormente, com as contribuições de Aristóteles, passa a ser, também, um modo de se examinar a estrutura dos discursos. Tal procedimento vem sendo usado, também, para análise de imagens.

Observa-se que tais indagações vêm sendo apresentadas, com pequenas variações, por diferentes autores. Por exemplo, Smit (1996, p. 32) se refere às categorias “[...] utilizadas por muitos estudiosos como parâmetros para grande variedade de análises de texto, inclusive a documentária, é também preconizada para a análise documentária de imagem”. Nesta perspectiva, as categorias usadas para se fazer a representação do conteúdo da imagem são: quem (indicação do objeto focado); onde (localização da imagem no espaço); quando (localização da imagem no tempo). Ainda segundo essa autora, as categorias como e “o que” remetem à representação de atitudes ou de detalhes relacionados com os objetos enfocados.

De forma similar, Boccato e Fujita (2006) levantaram importantes questões e indicaram a necessidade de se investir em processos de refinamento dos critérios de leitura e da análise do conteúdo de imagens. Seguindo a linha de pensamento de Smit (1996), fazem uso dessa mesma matriz categórica de indagações (quem?; onde?; quando?; o quê?), associando-as aos níveis de descrições, pré-iconográfico, iconográfico e iconológico, propostos por Panofsky (1995), na condição de auxiliares no processo de leitura e na análise de imagens.

A contribuição da retórica está na capacidade de auxiliar a geração de sentido da análise, por meio da explicitação do processo de construção do discurso, em seu contexto

(LEACH, 2004), facilitando a compreensão da análise semântica de cada ser, objeto e acontecimento, carregados de sentido e de significado. A mutação semântica nada mais é do que evolução ou modificação do sentido de algo. As mudanças de sentido das palavras ou tropos têm sido uma das preocupações dos estudiosos e constitui parte da retórica. Os tropos, na qualidade de “figuras de palavras” ou de linguagem auxiliam na construção do pensamento, na criação de recursos de estilística e consistem valores expressivos da fala ou do texto escrito.

Diversas são as figuras de linguagem. Mas, segundo Guiraud (1980), entre elas, a metáfora tem responsabilidade em relação às mudanças de sentido e, portanto, contribui para a análise de conteúdo de imagem, principalmente, a publicitária, que faz uso intensivo da linguagem figurada. O signo é algo que consegue trazer uma imagem memorial ou uma imagem mental, que consegue evocar algo do real. Assim, o signo lingüístico possibilita a associação de uma coisa a um conceito e / ou a uma imagem. (BARTHES, 1992; GUIRAUD, 1980).

O valor e a função semântica aparecem na medida em que representam um sinal por meio do qual se transmite uma mensagem e esta entra em estado de comunicação. Então, é semântica toda e qualquer coisa que se refira ao sentido de um sinal de comunicação que possa ser convertido ou transformado em palavras. Para Guiraud (1980, p. 9), a semântica tem o seu ponto de partida no estudo das mutações de sentido e “[...] se assimila mais ou menos à análise das figuras retóricas”. Assim, lança-se mão das simplificações, sacrificando muito da complexidade e dos matizes que somente os lingüistas, em pleno conforto teórico, poderiam explorar, priorizando-se apenas a função das palavras para transmitir sentido e o uso da linguagem como meio de comunicação, ou, ainda, em que sentido determinada palavra é empregada e porque, e quando a palavra adquiriu esse sentido.

Como enfatiza Guiraud (1980, p. 26), “[...] a palavra por si só não tem sentido”. Ela tem, sim, um emprego, e seu sentido, tal como é comunicado no discurso, depende das relações da palavra com as outras palavras e do contexto em que o texto se insere. Isto remete para a possibilidade de pensar que um enunciado ou uma frase mantém maior poder de expressar um conteúdo do que um termo ou uma palavra-chave, isoladamente. É neste ponto que se poderia argumentar que quanto mais estreitas forem as associações com o contexto a que se refere o discurso, maior valor informativo agregado ele poderia ter.

A significação é um reflexo do processo psíquico-social de efeito conotativo, cuja significação implica conhecer qual é a função da palavra no texto, enquanto o sentido tem valor estático advindo da imagem mental que resulta do processo denotativo. Parte-se da premissa de que, se um nome é polissêmico, sempre existe um deles que se aplica num dado contexto. Toda palavra está ligada a um contexto do qual ela retira seu sentido. Assim sendo, a palavra, em seu contexto, encontra um correspondente em termos de imagem conceitual, mas formam-se, ao mesmo tempo, outros tipos de associações das quais derivam as conotações, que sem alterar o conceito, permitem novo uso da palavra, que pode estar, até mesmo, em oposição ao sentido denotado. A denotação pode ser captada num primeiro nível de leitura pelos signos visíveis e conceitualmente explícitos. No entanto, a conotação exige que os signos sejam lidos, como valores, emoções e atitudes.

Então, depara-se com a estreita interdependência entre função cognitiva (semântica) e função expressiva (estilística) das palavras ou de um conjunto de palavras que expressam uma idéia (enunciados), cujos limites não se estabelecem facilmente. Porém, no que concerne ao estudo dos valores “extranacionais”, de origem afetiva ou sociocontextual, este se dá por meio de análises da função expressiva da linguagem que, de certo modo, pode complementar a função cognitiva ou semântica e, não necessariamente, se opor a ela. (GUIRAUD, 1980).

A linguagem tem uma função lógica ou cognitiva e serve para a comunicação de conceitos. A comunicação notacional atende bem a finalidade da comunicação da ciência ou do conhecimento lógico e só indiretamente atende a finalidade da comunicação social, que é essencialmente “volitiva”. No caso da análise iconográfica ou imagética de cartazes, esse aspecto volitivo se encontra presente na medida em que se comunica um pensamento para se obter certas reações. Na criação das mensagens publicitárias, o foco de preocupação não está só no que vai ser dito, mas, essencialmente, no como vai ser dito para que cause maior impacto persuasivo. Para Guiraud (1980, p. 126) na “Teoria da Informação”, o potencial informativo de um signo pode ser avaliado pela sua capacidade de informar. Se um acontecimento é certo e previamente determinado na sua ocorrência, logo não traz nada de novo e não ensina nada e, portanto, o enunciado possui baixo valor informativo. Cabe uma ressalva que o baixo valor informativo do registro de um acontecimento (ação) pode se dar pelo fato dele estar sendo tratado isoladamente. O registro do acontecimento, inserido em um contexto pode agregar a “novidade” que lhe confere o valor informativo. Os *cactus* numa paisagem nordestina não têm o mesmo impacto de imprevisibilidade que a sua presença numa paisagem da orla, no Rio de Janeiro, como foi encontrado em de um cartaz, de 1888, sobre a abolição da escravatura.

Conforme afirma Fiorin (1999, p. 31), “[...] o sujeito, que, por um ato, gera o sentido, é criado pelo enunciado”. Acrescenta, ainda, o autor que o sistema de enunciação é passível de ser estudado por uma teoria do discurso narrativo e abriu perspectiva para se ampliar às formas de “como” responder às indagações retóricas discursiva, alinhadas com as categorias rangathanianas, descritas anteriormente.

3.3 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA NARRATIVA LITERÁRIA

A narrativa resulta do ato de narrar ou contar uma história ou um acontecimento do mundo real ou imaginário. Para tanto, lança mão das mais diferentes formas de comunicação: oral, gestual, gráfica, imagética e escritural. A idéia de fazer uso de categorizações, como em Cícero, Aristóteles e Ranganathan, também está presente na teoria da narrativa. D’Onofrio (1995) recupera a narrativa por meio de cinco elementos estruturais, constitutivos de toda e qualquer narrativa: narrador, ação, personagens, espaço e tempo, haja vista que toda construção textual ficcional pressupõe a presença destes elementos ou destas categorias. Deduz-se, então, que um texto narrativo pode atender a todos os quesitos informativos, sem, necessariamente, sacrificar aspectos concernentes ao estilo e à estética do texto.

Em outras palavras, segundo o autor supracitado, a narração mantém cinco elementos estruturais que atuam como sendo: o narrador e seus pontos de vista; a ação ou o enredo da história; as personagens que promovem ou sofrem alguma ação, o espaço onde o enredo acontece; e o tempo do acontecimento ou do acontecido. Barthes e seus seguidores pretendiam, mais do que consolidar uma “gramática”, encontrar um *modus operandi* que tivesse como objeto de análise as narrativas, fossem elas faladas, escritas ou imagéticas.

Para efeito de identificação de como se expressam os elementos da narrativa, foram selecionados e observados trechos de romances para extrair expressões ou frases que demonstrassem alguma correspondência com as categorias rangathanianas. A apresentação de um rol de noções secundárias, ou seja, aquelas que declinam das categorias indica de quantas maneiras cada categoria aparece e como uma dada categoria pode se fazer representar. Por exemplo, a noção categórica tempo pode aparecer ou se fazer representar por uma variedade de expressões, tais como: amanhecer, anoitecer, crepúsculo, primavera, chuvoso, seca, entre

outras tantas. As variações são derivadas de suas respectivas noções primárias de tempo, que constitui uma das categorias essenciais em Ranganathan.

Num conceito conciso, o romance é um gênero literário de natureza narrativa. A narrativa é entendida como uma forma de discurso em que se conta ou relata um fato ou acontecimento, que pode ser um episódio ou um incidente de vida, podendo estar mesclada por dados reais e fictícios. Associando-se ao conceito de romance, aparecem os elementos que possibilitam uma análise da narrativa, constituídos por: “quem” são as personagens, autores ou atores envolvidos num enredo; o tema é “o que” deriva dos acontecimentos ou fatos responsáveis pela ação e pela dinâmica que formam o enredo; o lugar, espaço ou território demarcado pelos fatos e as situações ocorridas ou descritas por um ambiente ou cenário onde ocorrem; e o tempo, que é um elemento que se identifica pelo momento em que ocorre uma ação. (D’ONOFRIO, 1995).

Segundo Bauer (2004), o emprego da concepção de narrativa na análise de conteúdo é estimulador, pois possibilita abordar um conteúdo como se uma história estivesse sendo contada. Significa restituir noções primárias, mas altamente operacionais, tais como: narrador (autor), ator (personagens), tema (objeto da narração), acontecimento (ação) e cenário temporal (tempo) e espacial (espaço), onde se passa a narrativa, que pode ser uma história real, ficcional ou uma mistura de ambas. As categorias que se formaram a partir dos elementos da narrativa permitem estabelecer aproximação com as categorias essenciais, propostas por Ranganathan (1931), de tal forma que permite flexibilização do *modus operandi* das categorias essenciais.

A narratividade não constitui solução alternativa à explicação e à compreensão. Ricœur (2007, p. 520) assegura que a “[...] composição da intriga constitui, no entanto, um autêntico componente da operação historiográfica, mas em outro plano”, diferentemente da explicação / compreensão que faz uso do por que no sentido causal ou final. A respeito da idéia da não obrigatoriedade explicativa da narração, alerta que não se trata de uma desclassificação da narratividade, muito pelo contrário, ele afirma que a “[...] operação de configuração narrativa entra em composição com todas as modalidades de explicação / compreensão”. (p. 251). Neste sentido, a representação, sob o aspecto narrativo, como sob outros aspectos “[...] não se acrescenta à fase documental e à fase explicativa, mas as acompanha e as sustenta”.

O texto literário é considerado um texto artístico que tem linguagem e função próprias. A noção de função na obra literária diz respeito à relação da obra-de-arte com a sociedade. Em primeira instância, tal relação é mediada por sua capacidade de fruição. Assim, a noção de função da obra literária só adquire objetividade quando enquadrada dentro de escopos que podem servir de alguma forma à sociedade. Porém, a realidade criada pela ficção poética não deixa de ter relação significativa com o real objetivo. D’Onofrio (1995, p. 19) acredita que “[...] ninguém pode criar a partir do nada: as estruturas lingüísticas, sociais e ideológicas fornecem ao artista o material sobre o qual ele constrói o seu mundo imaginário”.

A literatura possui um universo semântico autônomo, uma vez que se trata de um texto ficcional, e, portanto, os seres são personagens e não pessoas; o ambiente imaginário. Há, aqui, pessoas metamorfoseadas de animais que falam a linguagem dos humanos; tapetes voadores; cidades fantásticas; amores incríveis; situações paradoxais; sentimentos contraditórios e infinidade de “impossibilidades possíveis”. São elas que dão substância à literatura, por meio de uma linguagem poética.

Hjelmslev (1975), tomando como referência Saussure, considera a linguagem literária como sistema semiótico cujo plano da expressão é constituído pelo plano da expressão (o significante) e pelo plano do conteúdo (o significado). Portanto, opera uma semiótica básica,

um sistema intercambiável entre linguagem denotativa e conotativa. A exemplificação fornecida por D’Onofrio (1995, p. 10) torna esta idéia mais convincente, quando afirma que

[...] na linguagem comum a palavra rosa tem como significante (plano de expressão) o conjunto dos fonemas / ro sa/ e como significado um objeto do mundo real, um tipo específico de flor e na linguagem literária esse mesmo conjunto pode sugerir a idéia de amor, delicadeza, perfume, efemeridade, dependendo do contexto e da sensibilidade do leitor.

Assim, o significado conceitual ou conteúdo denotativo torna-se característico da linguagem científica, enquanto que, na linguagem cotidiana, o conteúdo conotativo ou “temático não referencial”, a que se refere Agustín Lacruz (2006), se aproxima mais da linguagem literária. Linguagem esta que se sustenta na poética e, também, na retórica. Teoricamente, a linguagem poética pode contribuir para maior empatia do leitor com o texto, provocando, no usuário-leitor, maior disposição para uma leitura que pode, também, transmitir diferentes tipos de conhecimentos.

O traço do “literário” emerge no momento em que se rompe com o previsto, com a reprodução e inaugura-se o inusitado ou o surpreendente. O literário é a possibilidade de transgressão e tem seu espaço na imaginação, na dimensão da infinita possibilidade. Esta é, também, uma das buscas do jornalismo, ou seja, narrar a realidade / o que aconteceu verdadeiramente. Cabe, aqui, pontuar que uma corrente de pensamento recente, vindo da área de História, está em busca de maior aproximação entre História e literatura. (PESAVENTO, 2006).

Somente a ficção pode sobrepor tempos e espaços. Uma narrativa ocorre simultaneamente em dois lugares e em dois tempos diferentes: no tempo e no espaço do narrado e do leitor. É dentro dessa outra ordem que se apresenta como novidade, que quebra a identificação com a repetição e com o racional, que se coloca o espaço inexistente para encontrar uma realidade que poderia existir. Assim, as narrativas têm o real como referente, para confirmá-lo ou negá-lo ou, ainda, para ultrapassá-lo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE AS APROXIMAÇÕES CATEGÓRICAS: RANGANATHIANA, RETÓRICA E NARRATIVA

Os resultados do entendimento do uso de categorias não só forneceram as bases para uma representação em forma de síntese ou resumo, como permitiram, ainda, fazer uso da linguagem natural, construída por meio de expressões tanto conotativas como denotativas que servirão como uma espécie de âncora, que estrutura o discurso. A intenção de estabelecer um alinhamento entre as categorias – ranganathianas, narrativas e retóricas – se apresentou, desde o princípio, como possibilidade de expansão conceitual, permitindo maior flexibilidade e plasticidade na geração de produto documental, derivado da obra-de-arte. A flexibilidade resulta, principalmente, da linguagem empregada.

De acordo com Hegenberg (1975), a linguagem cotidiana ou natural permite que os conceitos sejam imprecisamente definidos. Tal imprecisão pode propiciar estabilidade maior na expansão de determinados conhecimentos, pois os termos precisos da linguagem científica apresentam maior fragilidade pela intercambialidade entre as áreas. Ao associar esta estabilidade a uma expansão conceitual, admitem-se flexibilidade e plasticidade como atributos de uma linguagem natural.

As relações de equivalência estabelecidas entre a categorização ranganathiana, denominadas de essências, com os elementos estruturais da narrativa e, ainda, a equivalência destas com as questões básicas da didática retórica, está sintetizada no **Quadro 1**.

CATEGORIAS ESSÊNCIAS	CATEGORIAS NARRATIVAS	INDAGAÇÕES RETÓRICAS
Personalidade	Narrador	Quem?
Energia	Ação	Como?
Matéria	Personagem	Que?
Espaço	Espaço	Onde?
Tempo	Tempo	Quando?

Quadro 1 – Comparação entre categorias

Para efeito desta pesquisa, as categorias eleitas são de natureza semântica e de representação ao mesmo tempo. Os conceitos e suas noções primárias e secundárias, destas derivadas, é que trazem a devida coerência na construção do referencial codificador para cada categoria. Os enunciados selecionados apresentaram uma ou mais categorias, que compõem a estrutura da narrativa literária, e sugerem as possíveis correspondências com uma ou mais categorias essências. O rol de noções secundárias, ou seja, aquelas derivadas das categorias narrativas, indicam de quantas maneiras cada categoria pode se fazer representar.

A categoria ranganathiana personalidade, que pode ser entendida como entidade, personagem, ator, gente ou sujeito da ação ou como narrador, na teoria da narrativa, é uma expressão onomástica, isto é, o nome de alguém, seres, coisas ou fenômenos que praticam uma ação e, portanto, deve responder à questão da retórica: “quem fez”? Um indivíduo ou ser relacionado à criação ou à realização de uma obra, expressão artística ou conhecimento. A entidade ou pessoa responsável pela produção de manifestação ou pela posse de um item. Entidade coletiva, organização ou grupo de indivíduos, de caráter permanente ou temporário, ou um governo, que age unificadamente e se identifica por um único nome que representa a coletividade. A categoria personalidade apresenta grande dificuldade de identificação. Ranganathan propõe o método do resíduo para identificar sua manifestação, da seguinte forma: se não é tempo, não é espaço, não é energia ou matéria, pode ser considerada uma manifestação da categoria personalidade.

A categoria matéria, em Ranganathan, trata da materialidade, de algo que é objeto de uma ação ou manifestação. Responde, na retórica, à questão “o quê”? Manifesta-se, materialmente, como um item concreto que compreende um exemplar físico e existente em algum lugar. A matéria pode ser móvel ou imóvel. É conceitual e, portanto, envolve, também, uma noção ou idéia abstrata, como objeto é um assunto, criação intelectual ou artística distinta. A matéria é composta pelo próprio material e por suas propriedades. Por exemplo, uma mesa pode ter sido feita de madeira ou de outro material; pode ter determinada altura; pode ter um tampo suave ou áspero. Assim, o material apresenta certas propriedades que são intrínsecas a determinada mesa e não a todas as mesas, conceitualmente falando. A mesma propriedade, também, pode se apresentar em vários outros objetos. De outro modo, pode-se dizer que os materiais são físicos, mas suas propriedades são abstratas. Na teoria da narrativa, a materialidade pode ser algo real, simbólico ou do imaginário.

A categoria energia é caracterizada pela ação na narrativa, que também pode ser expressa pela função ou método. Pode ser um evento ou acontecimento e tem que responder à questão “como”? A manifestação da energia é ação de uma espécie ou algo sobre o outro. A

ação pode ser efetuada por e entre entidades distintas: inanimada, animada, conceitual, intelectual e intuitiva. Qualquer tipo de ação, geralmente, se expressa por meio de verbos.

A categoria espaço, que também pode ser identificada pelas expressões, ambiência / lugar é, para Ranganathan, o local a que pertence um dado objeto, indivíduo, coisa, idéia ou fenômeno, entre outros. Assim, a superfície da terra, o espaço dentro dela e o espaço fora dela pertence à dimensão espacial. O espaço pode abranger tanto locais terrestres quanto extraterrestres; locais históricos e contemporâneos; características geográficas e jurisdições geopolíticas, entre outros. O espaço, na narrativa, pode ser real ou imaginado, criado ou inventado. No discurso retórico representa a resposta à indagação “onde”?

O tempo é uma categoria, para Ranganathan, e está de acordo com o que, geralmente, se entende por esse termo, usado para representar as ocorrências históricas, marcas de época e de períodos do tempo presentes, passados e futuro, como também as qualidades meteorológicas. O tempo é, ainda, um elemento fundamental na narrativa literária que explora desde as estações do ano até um tempo psicológico ou metafísico. Considerada a categoria mais abstrata, abarca a dimensão temporal e o momento em que ocorre um evento ou uma ação sua descrição responde à questão retórica “quando”?

Além das cinco categorias ora descritas, existem aspectos contextuais e de caráter subjetivo que envolve aspectos conotativos e perpassam as demais categorias. São aspectos que permitem formular as explicações em resposta à questão “por que”? Esta indagação permite a exposição do ponto de vista e permite que se estabeleça associações e relações de coisas e fatos que estão fora do objeto em análise. A figura do narrador emite sua opinião e suas interpretações livres acerca do real ou do imaginário. Aqui, há que se mencionar distinção entre a informação ou o conhecimento gerados na narração ficcional daquela informação ou daquele conhecimento pautado na memória, na experiência e em documentos. O trabalho de análise e de representação, do ponto de vista da Ciência da Informação, deve se basear em fontes documentais, consultadas para se elaborar o entendimento do contexto.

Ao se cotejar as semelhanças conceituais das categorizações ranganathanianas, retóricas e narrativas, foi possível estabelecer termos de comparação entre elas. Este exercício possibilitou perceber que as categorias da narrativa permitem um alargamento conceitual no emprego das categorias personalidade, matéria, energia, espaço e tempo, propostas por Ranganathan. Da mesma forma que as indagações propostas pelo discurso retórico possibilitaram fixar parâmetros para se operacionalizar a análise de conteúdo. Estes parâmetros foram utilizados como procedimentos de análise e elaboração textual, em forma de resumo, de cartazes e percebe-se que existe um potencial para sua aplicação na análise de documento iconográfico, em geral.

Cabe considerar, ainda, que apesar do convencimento de que o resumo é um produto documental de grande alcance, em termos de dar a conhecer determinado conteúdo, no caso de imagens, dependendo da forma como leitura e produção de texto são feitas, pode ocorrer um processo de empobrecimento do conteúdo. Eis mais um desafio a ser superado por um procedimento metodológico que possa, minimamente, garantir alguma fidelidade ao conteúdo. Assim, a definição de cada expressão se valida por correlações estabelecidas por critérios extrínsecos (contexto) e intrínsecos que instruem as noções representativas das categorias em evidência na imagem. Essas noções ganham sentido e significado na medida em que se estabelece sua relação com o contexto histórico, considerando, discursivamente, que o momento em que se diz algo faz diferença em relação à importância atribuída ao que foi dito. Desta forma, os aspectos valorizados numa imagem, em geral, são aqueles que são representativos socioculturalmente para uma sociedade em tempo e em lugar demarcados.

REFERÊNCIAS²

AGUSTÍN LACRUZ, M. del C. **Análisis documental de contenido del retrato pictórico**: propuesta epistemológica y metodológica aplicada a la obra de Francisco de Goya. Cartagena: Cancejalía de Cultura / 3000 Informática, 2006.

BARTHES, R. **Elementos de semiologia**. São Paulo: Cultrix, 1992.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 189-217.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. Towards a paradigm for research on social representations. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, [S. l.], v. 29, p. 163-186, 1999.

BOCCATO, V. R.; FUJITA, M. S. L. Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica. **Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação**, Lisboa, n. 2, p. 84-100, 2006.

CAMPOS, M. L.; GOMES, H. E. Organização de domínios de conhecimento e os princípios ranganathianos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.8, n.2, jul. / dez. 2003.

D'ONOFRIO, S. **Teoria do texto**: prolegômenos e teoria da narrativa. São Paulo: Ática, 1995.

FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1999.

FUJITA, M. S. L. **Precis na língua portuguesa**: teoria e prática de indexação. Brasília: UnB, 1988.

GUIRAUD, P. **A semântica**. 3 ed. São Paulo: Difel, 1980.

² As referências incorporam as fontes consultadas pelas autoras, bem como algumas obras citadas pelos autores contemplados neste artigo. A justificativa é facilitar a identificação de fontes para revisões futuras, em nível mais abrangente e exaustivo.

HEGENBERG, L. **Significado e conhecimento**. São Paulo: EPU, 1975.

HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

KRIPPENDORFF, K. **Content analysis: an introduction to its methodology**. Newberry Park, CA: Sage, 1980.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e práticas**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1993.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1992.

LEACH, J. Análise retórica. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 293-318.

MIKHAILOV, A. I.; CHERNYI, A. I.; GILYAREVSKYI, R. S. In: GOMES, H. E. (Org.). **Ciência da Informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 71-90.

MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. **Catalogación de documentos: teoría y práctica**. Madri: Síntesis, 1994.

PAISLEY, W. J. Information needs and uses. **Annual Review of Information Science and Technology**, [S. l.], v.3, p.1-30, 1969.

PANOFSKY, E. **La perspectiva como forma simbólica**. Barcelona: Tusquets, 1973.

_____. **El significado en las artes visuales**. Madri: Alianza, 1995.

PESAVENTO, S. J. História & literatura: uma velha-nova história. **Nuevo Mundo**, n. 6, fev. 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/document1560.html>>. Acesso em: 23 dez. 2006.

RANGANATHAN, S. R. **The five laws of Library Science**. Madras: The Madras Library Association, 1931.

_____. **Prolegomena to library classification**. 3rd. ed. Bombay: Asia Publ., 1967.

RICCEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

ROSE, D. Análise de imagem em movimento. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 17-36.

SMIT, J. W. A representação da imagem. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 28-36, jul. / dez. 1996.

VICKERY, B. C. **Classificação e indexação das ciências**. Rio de Janeiro: BNG / Brasilart, 1980.

WURMAN, R. S. **Ansiedade de informação**. São Paulo: Cultura, 1992. 380 p.